



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

ANA ALVES DA SILVA

**SOBRE POSIÇÕES E TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE
CLASSE DOS EMPREENDEDORES SOCIAIS –
RESULTADOS DE UMA INVESTIGAÇÃO
EXPLORATÓRIA**

**Maio de 2013
Oficina nº 400**

Ana Alves da Silva

**Sobre posições e trajetórias sociais de classe dos empreendedores
sociais – resultados de uma investigação exploratória**

**Oficina do CES n.º 400
Maio de 2013**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Ana Alves da Silva*

Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Sobre posições e trajetórias sociais de classe dos empreendedores sociais – resultados de uma investigação exploratória¹

Resumo: O presente artigo aborda os resultados de uma investigação exploratória sobre o perfil dos empreendedores sociais. Recorrendo ao quadro conceptual de um domínio “tradicional” da disciplina sociológica – a análise de classes e da desigualdade social –, problematiza-se o perfil do empreendedor social no quadro das dinâmicas de mobilidade que pautam as suas trajetórias. Os resultados, decorrentes de uma análise por contraste-aprofundamento de cinco casos particulares, permitem perceber a centralidade de trajetórias de empoderamento, e em especial do incremento de capital cultural, na construção do referido perfil.

Palavras-chave: empreendedorismo social, posição de classe, trajetórias, empoderamento, capital cultural.

Introdução

Um exercício de sistematização das definições de empreendedorismo social pode ser, sumariamente, estruturado pelas perspetivas de duas principais abordagens (Dees e Anderson, 2006). A primeira enfatiza a procura de soluções empreendedoras pelas organizações solidárias (ou comerciais) para financiar as suas missões no setor social (tenham estas, ou não, uma intenção de apropriação lucrativa). A segunda, de origem académica, pode, por sua vez, ser ramificada em duas principais perspetivas: uma protagonizada por Gregory Dees (2001), autor da mais difundida definição de empreendedorismo social,² cujo enfoque recai fundamentalmente sobre a inovação social e o seu potencial de mudança sistémica; e uma outra, de cariz mais organizacional, em que se situa a abordagem da rede europeia de investigação EMES.³

* Ana Alves da Silva (anasilva@ces.uc.pt) é doutoranda em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo no Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é também mestre em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, grau obtido nas Faculdades de Economia e de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

¹ Os resultados apresentados no presente texto resultam de uma investigação realizada pela autora entre 2011-2012 com vista à obtenção de grau de mestre em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo.

² “Social entrepreneurs play a role of change agents in the social sector, by: i) adopting a mission to create and sustain social value (not just private value), ii) recognizing and relentlessly pursuing new opportunities to serve that mission, iii) engaging in a process of continuous innovation, adaptation and learning, iv) acting boldly without being limited by resources currently in hand, and v) exhibiting heightened accountability to the constituencies served and for the outcomes created” (Dees, 2001: 4).

³ A EMES - *European Research Network* nasceu de um projeto de investigação desenvolvido entre 1996 e

Ainda que outros autores (e.g., Ferreira, 2005; Portela *et al.*, 2008) advoguem a existência de quatro principais escolas sobre o empreendedorismo social, é possível a sistematização das suas abordagens em duas principais correntes – uma mais focada no indivíduo e na inovação social (protagonizada por Dees, Young, entre outros) e outra mais focada no contexto e na inovação organizacional (Rede EMES).

Assim, entre as mais conhecidas definições de empreendedorismo social está, portanto, a de Gregory Dees (2001: 4). Esta definição é profundamente enraizada na tradição say-schumpeteriana de empreendedorismo capitalista, na qual, fundamentalmente, é substituída a apropriação privada do lucro como principal objetivo pelo cumprimento de uma missão no setor social. O objetivo da ação empreendedora é transmutado do domínio capitalista para o domínio social (ou solidário), mantendo-se os restantes elementos caracterizadores do empreendedor capitalista para definir, também, os empreendedores sociais. Lévesque (2002: 14) propõe também uma abordagem de empreendedorismo social muito próxima da sugerida pela escola da inovação.⁴ Em ambas as propostas, os empreendedores sociais prefiguram uma tipologia de agente social multifacetado: ele (ou ela) é capaz de identificar um problema social, cuja solução passará a ser a sua missão social, reconhece perspicazmente as oportunidades e a inovação que estas potenciam, identifica e mobiliza recursos que pode não possuir, e domina profissionalmente as competências técnicas para prossecução dos seus fins de mudança e cumprimento de justiça social. Bill Drayton, presidente da Ashoka, acrescentaria ainda que o empreendedor social é aquele que identifica uma determinada área do sistema societal como aparentemente bloqueado e a desobstaculiza encontrando soluções transformadoras da própria lógica do sistema: “Ele ou ela identificam o que não está a funcionar e resolvem o problema mudando o sistema, difundindo a solução e convencendo sociedades inteiras a darem novos saltos” (Ashoka, 2004).

Tais definições reúnem um conjunto de características que, de um modo geral, têm pautado um perfil já convencionalizado de empreendedor social. No entanto, elas

2000, financiado pela Comissão Europeia, sobre a emergência das empresas sociais na Europa. O acrónimo “EMES” deriva precisamente do título francês do referido projeto ‘Emergence des Entreprises Sociales en Europe’ (cf. Defourny e Nyssens, 2010).

⁴ “Les entrepreneurs sociaux ont le même désir de recherche des opportunités que les entrepreneurs capitalistes, le même souci d’innovation, la même capacité de mobiliser des ressources pour transformer un rêve en réalité. Par ailleurs, ils se distinguaient clairement par leur souci pour la justice sociale. De plus, ils combineraient habituellement trois ensembles d’aptitudes qui sont souvent indépendantes: un activisme militant avec des compétences professionnelles; la capacité d’être visionnaire tout en étant pragmatique; une fibre éthique (conviction) avec une confiance tactique (sens des responsabilités)” (Lévesque, 2002: 14).

pouco nos dizem sobre quem são os empreendedores sociais e por que razões (biográficas, sociais, culturais, económicas ou políticas) certos agentes são empreendedores sociais. Tratam-se, portanto, de definições que parecem não questionar o que há de socialmente construído no empreendedor social, tendendo a tomar como categorias subjetivas da prática do agente social um conjunto de meios (recursos para a ação) e fins (resultados esperados da ação) objetivos, de natureza socialmente construída por via de processos de socialização complexos, que importa conhecer e problematizar. Ora, esse processo analítico passará, entre outras opções, por questionar as propriedades que são combinadas no “ideal-tipo” de empreendedor social como sendo socialmente construídas ao longo de uma biografia que dotará (ou não) o agente dos recursos necessários para se tornar um empreendedor social, predispondo-o a agir de uma maneira socialmente condicionada e a construir uma iniciativa de empreendedorismo social. Passará, portanto, também por um processo de descoberta dos empreendedores sociais na própria estrutura de posições (lugares de classe) sociais de classe.

Apesar de este texto tentar um primeiro esforço de aproximação a um tal questionamento, certos autores denotam já uma preocupação com a localização dos empreendedores sociais na estrutura de posições sociais de classe. André e Abreu (2006: 124), por exemplo, num artigo sobre inovação social – que, sublinhe-se, é um dos principais objetivos e meios do empreendedor social no processo de mudança sistémica (cf. Dees, 2001; Swedberg, 2009; Thompson, 2002) –, defendem que a inovação social concilia “simultaneamente três atributos: (i) satisfação das necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder”. Os autores introduzem assim uma das questões centrais nas atuais discussões sobre empreendedorismo social: o seu papel ativo na transformação (ou reprodução) das práticas sociais e das relações de poder que as perpassam. Um pouco adiante no seu artigo, os autores vão mais longe, questionando:

Até que ponto, os agentes “fracos”, vulneráveis a algum tipo de exclusão, têm capacidade para inovar? E, se a inovação partir dos agentes hegemónicos, os que se enquadram na ordem dominante, até que ponto pode avançar o *empowerment* dos agentes “fracos” alvo da iniciativa? (André e Abreu, 2006: 130)

Steyaert e Dey (2010), nesta linha de questionamento, referem que os processos de desnaturalização dos discursos sobre o empreendedorismo social terão também de passar pela sua problematização enquanto objeto de interações políticas e de lutas de poder e, subsequentemente, pelo seu (re)questionamento como potencial mecanismo de controlo e de dominação.

É, portanto, na esteira de tais propostas de desnaturalização e de problematização crítica que se propõe uma análise do fenómeno do empreendedorismo social à luz dos modelos analíticos sugeridos pela sociologia das classes e da mobilidade social. Inspirada em algumas das propostas bourdieusianas (Bourdieu, 1997a, 1997b, 2010), um tal esforço analítico permitiu-nos atingir dois principais objetivos. Por um lado, recorrendo à análise das dinâmicas de *movimentação social* (Magalhães, 1994) que os empreendedores sociais protagonizam, foi possível incorrer num processo de descoberta das posições sociais de classe ocupadas pelos empreendedores, visando uma tentativa de resposta à primeira questão levantada por André e Abreu, sobre se *serão os inovadores os atores sociais situados nas posições dominantes ou tendencialmente dominadas*. Por outro lado, o recurso a um modelo analítico inspirado no aparelho teórico-conceptual bourdieusiano forneceu-nos uma base de instrumentos conceptuais que descortinam com maior clareza quais os recursos (e suas interdependências e estruturas de combinação) implicados na prossecução de uma trajetória de empreendedorismo social. Mais indiretamente, esta abordagem permite-nos uma aproximação analítica à principal categoria de diferenciação entre empreendedores sociais e empreendedores capitalistas – a missão social –, auxiliando-nos na desconstrução dos processos que concorrem para a sua assunção e que implicam uma *tomada de posição* sobre uma dada situação social que se pretende ver transformada.

É assim que, considerando as definições atrás referidas, consideramos existir todo um campo heurístico, ainda por explorar, no domínio da problematização do empreendedorismo social enquanto fenómeno de classe, cuja orientação inicial poderá, como veremos de seguida, partir do estudo das trajetórias de mobilidade dos empreendedores sociais na estrutura de posições sociais de classe.

Notas metodológicas

As trajetórias dos empreendedores sociais foram analisadas com recurso à caracterização de classe e fração de classe (Almeida *et al.*, 1988: 13) de cinco empreendedores sociais portugueses em diferentes momentos do seu trajeto de vida.

Como tal, e “já que o estudo sobre as trajetórias sociais de classe passa por um confronto de posições sociais entre gerações (trajetórias intergeracionais), e/ou entre momentos diferentes na mesma geração (trajetórias intrageracionais)” (Magalhães, 1994: 173), o lugar de classe – conceito que resulta, fundamentalmente, dessa caracterização por via da localização do indivíduo na estrutura produtiva (económica e cultural) – foi analisado em três diferentes momentos do percurso biográfico:

i) lugar de classe da família de origem, determinado pelo exame dos indicadores pertinentes na aferição dos capitais possuídos no grupo doméstico (do pai e da mãe, ou agentes de papel semelhante no processo de socialização primária dos sujeitos em estudo);

ii) lugares de classe transitórios, cuja análise permite dar conta de eventuais flutuações desse posicionamento na estrutura produtiva como resultantes das estratégias de reconfiguração da estrutura e do volume de capitais possuídos, focando-se especialmente a fase em que se iniciou o desenvolvimento da iniciativa de empreendedorismo social; e

iii) lugar de classe atual do indivíduo (e da sua família composta, no caso de existir matrimónio ou união de facto), através do estudo da estrutura e do volume de capitais possuídos no momento em que já decorre a protagonização da iniciativa de empreendedorismo social.

Para este exercício, optámos pela matriz utilizada por Magalhães (2005: 835-837) que, por sua vez, atualiza a *Tipologia das Classes e Frações de Classes* de Almeida *et al.* (1988) e Costa *et al.* (1990)⁵ (vd. Figura 1).

O exercício de análise pode ser conhecido na Figura 2 – Estrutura Analítica. O primeiro momento de observação (cf. m1 na Figura 2) incide na análise da estrutura do volume de capitais económico, cultural e social atuais (Bourdieu, 1997b), i.e., num momento em que os sujeitos já protagonizam uma iniciativa de empreendedorismo social. Assim, a caracterização de classe objetiva foi realizada através da análise de propriedades objetivadas, nomeadamente, através do exame de indicadores como a *profissão*, a *situação na profissão* e o *cargo ocupado na profissão* (Almeida *et al.*,

⁵ A autora faz uma atualização da tipologia de classificação classista tendo “por base os pressupostos teóricos dos autores referidos, adequados, desta feita, à Classificação Nacional das Profissões, versão 1994, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Ministério do Emprego e da Segurança Social” (Magalhães, 2005: 479). A opção por esta matriz (ver Figura 1), em detrimento de outras igualmente adaptadas à necessidade de uma reconversão analítica para a contemplação mais fiel das diferentes dinâmicas de recomposição social que se registaram em Portugal nas últimas décadas, prende-se essencialmente com a forte sistematicidade teórica que lhe foi impressa pelos seus autores, e pelo facto de se compartilhar em larga medida do seu posicionamento analítico.

1988; Magalhães, 1994 e 2005), que permitem perceber a localização dos sujeitos na tipologia de classes e frações classe da Figura 1.⁶

Figura 1 - Tipologia de Classificação de Classes e Frações de Classes

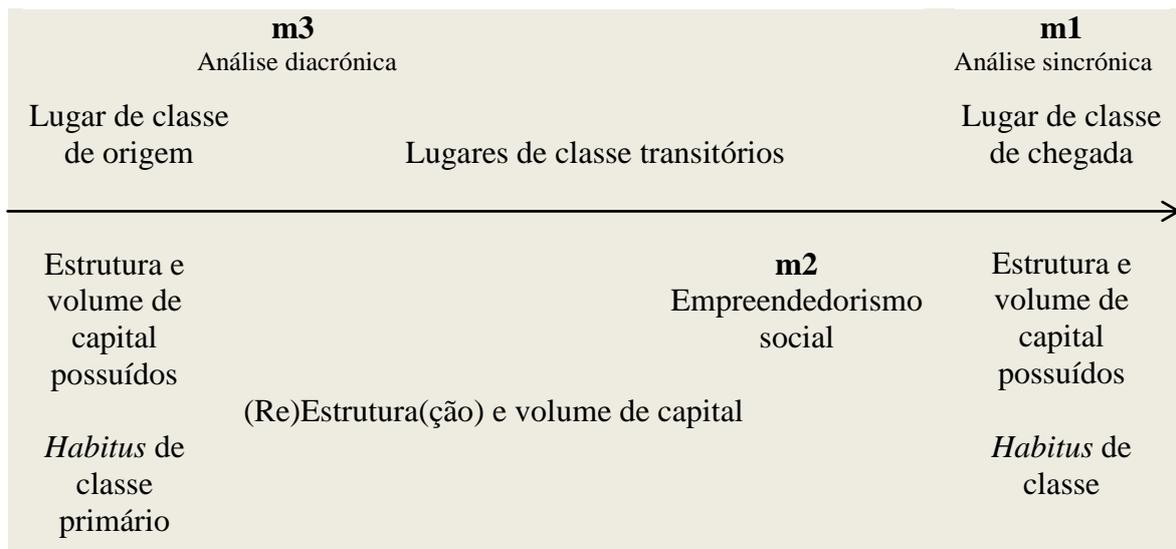
Classes	Classes e Frações de Classes (Considerando Pluriatividade)	
	Sigla	Significado
Burguesia (B)	BEP	Burguesia Empresarial e Proprietária
	BD	Burguesia Dirigente
	BP	Burguesia Profissional
	BDP	Burguesia Dirigente e Profissional
Pequena Burguesia (PB)	PBIC	Pequena Burguesia Intelectual e Científica
	PBTEI	Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento
	PBIP	Pequena Burguesia Independente e Proprietária
	PBA	Pequena Burguesia Agrícola
	PBPA	Pequena Burguesia Proprietária e Assalariada
	PBAP	Pequena Burguesia Agrícola Pluriactiva
	PBE	Pequena Burguesia de Execução
	PBEP	Pequena Burguesia de Execução Pluriactiva
Operariado (O)	OI	Operariado Industrial
	OA	Operariado Agrícola
	OIA	Operariado Industrial e Agrícola
	OP	Operariado Pluriactivo

Fonte: Magalhães (2005: 835).

Através deste instrumento foi reconstruída a trajetória dos entrevistados no sentido de se captar a estrutura e o volume dos mesmos capitais em dois outros momentos, em especial naquele que imediatamente precedeu a protagonização de uma iniciativa de empreendedorismo social (cf. m2 na Figura 2). Visou-se assim captar as condicionantes de classe vividas no momento de arranque da iniciativa socialmente empreendedora, aqui entendidas enquanto legados reconstruídos dos processos de aprendizagem social que antecederam a protagonização dessa iniciativa e que tiveram o seu início no lugar de classe de origem (cf. m3 na Figura 2).

⁶ Sem dispensar, todavia, a consulta das tabelas complementares à localização de classe dos sujeitos, encontradas em Magalhães (2005: 836-837).

Figura 2 - Estrutura Analítica



Deste modo conseguimos atingir o nosso primeiro objetivo de reconstituição dessa linha abstrata que desenha a trajetória do empreendedor social desde a sua pertença de classe da família de origem até à sua pertença de classe atual, bem como analisar as eventuais reconfigurações da estrutura e do volume de capitais possuídos, e ainda identificar algumas das estratégias adotadas pelos atores nesse processo de reestruturação. Adicionalmente, tentou-se compreender as eventuais influências destes processos de mobilidade (ou imobilidade) social na predisposição (objetiva e subjetiva) dos indivíduos para a protagonização de uma iniciativa socialmente empreendedora. E, por isso, não poderíamos fazê-lo sem antes definir os critérios que demarcam o empreendedor social de outros agentes, como os gestores de organizações sociais ou mesmo os empreendedores capitalistas, pelo que tomámos o empreendedor social como *todo e qualquer indivíduo que, isoladamente ou em grupo, protagonize (1) ações empreendedoras (ou seja, que reúna simultaneamente o (1.1) carácter inovador ao nível de um produto, processo, metodologia, ou outro elemento, e (1.2) seja, parcial ou totalmente, gerador da sua própria sustentabilidade económica – i.e., seja relativamente independente de financiamento público) e o faça no âmbito do (2) combate a um dado problema social em qualquer campo de intervenção político-social (saúde, educação, combate à pobreza, etc.).*

Após uma fase de pesquisa documental e de terreno, seleccionámos cinco casos de empreendedorismo social encontrados em diversos pontos geográficos do país e identificamos os seus protagonistas. A amostragem por casos múltiplos, apesar de não muito frequente nos estudos de caso – que se associam geralmente ao caso único

(Guerra, 2006) –, afigurava-se mais satisfatória para o nosso objetivo – de captar trajetórias de mobilidade dos empreendedores sociais –, pelo que optámos por utilizar um conjunto de casos que nos socorriam pela sua exemplaridade. Por esta razão, foram realizadas entrevistas em profundidade, de carácter narrativo, no sentido de recolher o material necessário para uma análise *por contraste-aprofundamento*, funcionando, portanto, “simultaneamente como estudo de casos (análise em profundidade) e como tipologia de casos múltiplos” (*ibidem*: 47).

As entrevistas semi-estruturadas foram, assim, realizadas com base nas principais categorias de análise sugeridas pelo quadro teórico de referência. Procedeu-se ao preenchimento de grelhas verticais de análise de entrevista para cada um dos casos e ao seu tratamento através de uma *análise de conteúdo por enunciação* que visou compreender as diversas dimensões nas suas relações autónomas, utilizando-se para isso *unidades de registo formal*, e nas suas relações com os diversos contextos de aprendizagem social, recorrendo-se para este fim a *unidades de contexto* (Vala, 2003).

Breve apresentação dos casos

Os cinco agentes analisados, aqui referidos por nomes fictícios, exercem atividade como empreendedores sociais em diversas áreas de intervenção social.⁷ José fundou uma organização social sem fins lucrativos, que dirige de forma profissionalizada sem abandonar, contudo, a sua atividade como enfermeiro. A organização desenvolve múltiplas estratégias de inclusão social, utilizando a expressão artística como veículo de integração social e reconstrução da identidade social e pessoal de atores sociais em situação de maior desfavorecimento (toxicodependentes, sem-abrigo, desempregados de longa duração). A sustentabilidade é assegurada com recursos de diversas fontes: mecenato, atividades comerciais, doações, financiamento público, etc.

João dirige voluntariamente uma cooperativa de desenvolvimento local numa aldeia do centro do país. É simultaneamente professor do ensino básico. O seu projeto visa a relocalização de atividades económicas na aldeia com o intuito de integrar, social e economicamente, os habitantes locais, minimizando assim os fatores que há anos atrás conseguiu identificar como principais motivos de êxodo rural. Para esse efeito, a cooperativa desenvolve atividades de ecoturismo, de valorização económica dos ofícios

⁷ Não descreveremos aqui as suas trajetórias de vida em pormenor, já que esse esforço pode ser encontrado noutra lugar (Silva, 2012). Optamos, antes, por dar a conhecer as áreas de atividade dos empreendedores sociais, reservando os pontos seguintes para uma análise mais pormenorizada das suas trajetórias de classe.

locais artesanais e agrícolas, formação profissional, entre outras. Combina como fontes de sustentabilidade as atividades comerciais (ecoturismo, incluindo alojamento e restauração) e os projetos financiados por entidades públicas ou privadas.

Maria, socióloga, desenvolve a sua atividade numa organização da região centro, onde gere alguns projetos de intervenção comunitária com vista à promoção da inclusão social por via do desenvolvimento de competências laborais. Para esse fim, implementa um conjunto de projetos sociais autossustentáveis, nas quais os atores beneficiários são simultaneamente agentes ativos e produtores dos bens e serviços que asseguram a sustentabilidade dos projetos. O desenho das suas iniciativas segue uma visão holística da integração social, verificando-se uma complementaridade entre respostas sociais que conferem um carácter inovador à metodologia de promoção da inclusão social.

Isabel lançou um projeto de promoção da integração social de idosos e de jovens estudantes universitários. O seu projeto baseia-se na premissa da existência de uma complementaridade incontornável entre, por um lado, as necessidades de estudantes deslocados da sua residência familiar, e as dos idosos que compõem agregados domésticos unipessoais. A iniciativa é particularmente inovadora pela abordagem à realidade experienciada pelos dois grupos intergeracionais e pelo modo como, simplesmente através de um processo de mediação social, se minimizam os problemas de falta de habitação dos jovens, de isolamento dos séniores e de desintegração social de ambos. O projeto não necessita de financiamento específico – é assegurado por si e por colegas de profissão por meio de uma baixa afetação de tempo do trabalho que desenvolve na organização onde é assistente social.

Manuel, também assistente social, lidera um projeto de desenvolvimento local direcionado para mulheres domésticas no arquipélado da Madeira. Visando responder às necessidades de desenvolvimento económico de uma zona semirural da região, Manuel desenvolveu um projeto de empreendedorismo social que visa incubar o empreendedorismo feminino de mulheres afastadas do mercado de trabalho. O projeto, combinado com outros da instituição, trabalha diversas competências profissionais ajustadas ao mercado de trabalho e à valorização dos saberes e recursos locais. Combina autosustentabilidade com financiamento externo público e privado.

Trajelórias de empoderamento

Ora, na leitura dos trajetetos de movimentação social destes empreendedores sociais é possível observar vários tipos de dinâmicas. Primeiro, e no que respeita à *análise intergeracional*, verifica-se:

- (i) um movimento ascensional intraclassista, entre frações da pequena burguesia, protagonizado por João;
- (ii) um movimento declinante interclassista, da burguesia empresarial e proprietária para a burguesia intelectual e científica, protagonizado por José;
- (iii) três movimentos interclassistas ascensionais: do operariado para a pequena burguesia protagonizados por Maria e Manuel, e da pequena burguesia para a burguesia, protagonizado por Isabel.

Segundo, e no que respeita à análise intrageracional, ou seja, entre o momento anterior à protagonização de uma iniciativa de empreendedorismo social e o momento atual, descortinam-se três dinâmicas diferenciadas:

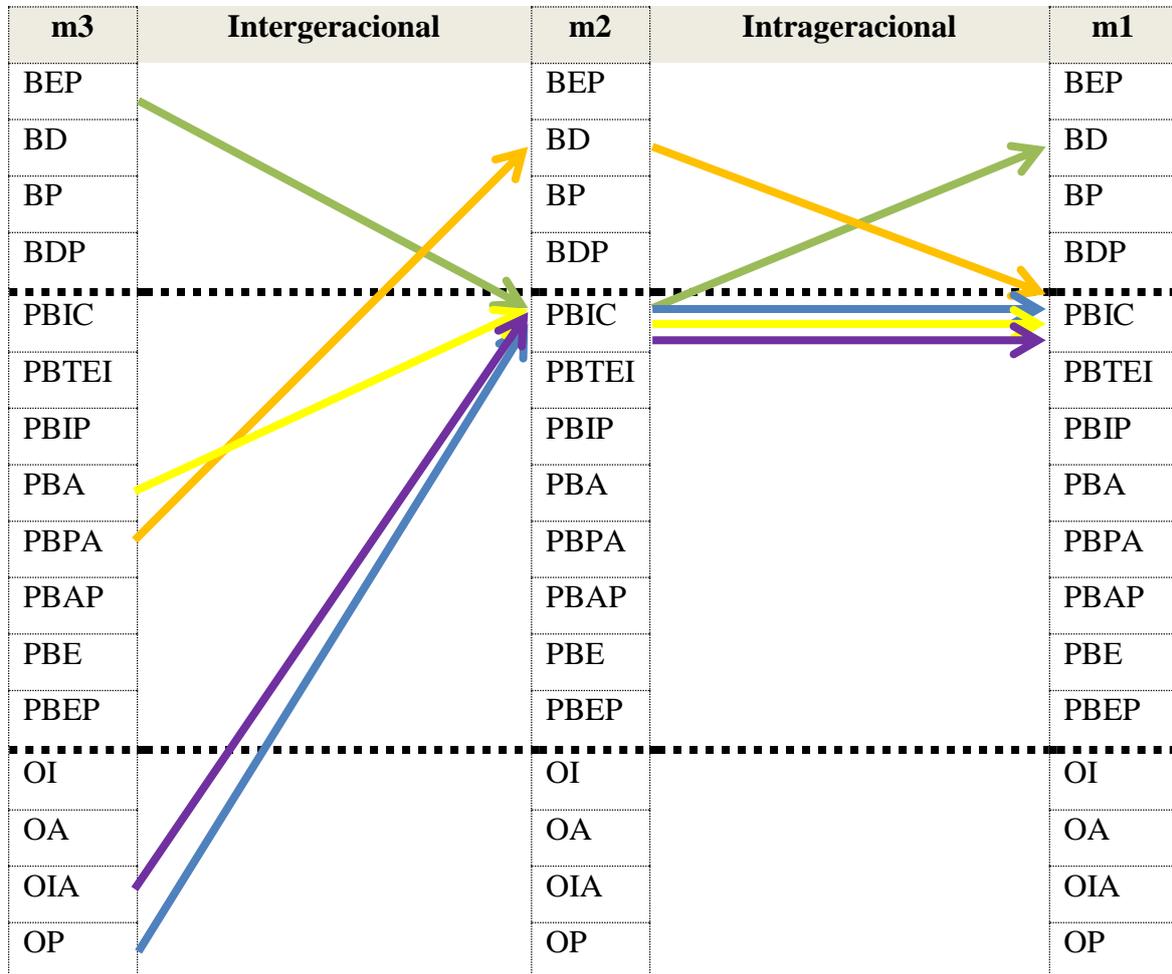
- (i) um processo de mobilidade social interclassista declinante, protagonizado por Isabel, que passa de uma burguesia dirigente para uma pequena burguesia intelectual e científica;
- (ii) um processo de mobilidade social interclassista ascensional, protagonizado por José, que passa de uma burguesia intelectual e científica para uma burguesia dirigente;
- (iii) três processos de mobilidade intraclassista estacionários, protagonizado por Maria, João e Manuel, que se mantêm na pequena burguesia intelectual e científica entre esses dois momentos.

Para uma melhor visualização das dinâmicas, atenda-se à Figura 3 – Trajetos de Mobilidade Social dos Empreendedores Sociais (cf. *infra*).

Apesar de não termos desenvolvido um tipo de análise que nos permita generalizar as nossas conclusões, estamos em condições de, com alguma segurança, apresentar dois enunciados a respeito das posições sociais de classe destes agentes: (i) os empreendedores sociais parecem, com efeito, posicionar-se nas frações mais elevadas da pequena burguesia, que se caracterizam pela posse de elevado capital cultural, e (ii) esse posicionamento decorre da acumulação de um determinado tipo de capital – o escolar – quer nos casos em que se verifica um processo de mobilidade social intergeracional ascensional, quer nos casos em que se verifica um processo de

mobilidade intergeracional declinante ou estacionário, até ao momento (m2) em que o ator se torna empreendedor social.

Figura 3 - Trajetos de mobilidade social dos empreendedores sociais



Legenda: para a leitura das siglas, atender à Figura 1 (cf., *supra*). As setas representam os movimentos de cada um dos casos, estando cada um deles representados por cores diferentes: Maria – azul; José – verde; João – amarelo; Isabel – cor de laranja; Manuel – roxo.

Repare-se que os agentes passaram a protagonizar uma iniciativa de empreendedorismo social em posições de classe relativamente elevadas: quatro deles situavam-se na pequena burguesia intelectual e científica e um na burguesia dirigente. Este facto é de suma importância, já que este posicionamento pressupõe, por um lado, um processo de socialização escolar bem-sucedido (com eficácia socioeconómica, entenda-se), em que se verifica uma correspondência entre os investimentos dos agentes na aprendizagem e interiorização de um vasto currículo formal de saberes coerentes com as necessidades do mercado. Por outro lado, esse processo de socialização escolar

permite o acesso a posições profissionais nas quais a experiência laboral concretiza a simultânea e contínua interiorização e exteriorização de uma dada *cultura técnico-científica*, um *ethos* (Caria *et al.*, 2012: 2) particular a campos especializados (e relativamente restritos) de atuação no espaço social, que subjaz à formação de um *habitus* de classe também ele particular. Referimo-nos, pois, à protagonização “de processos de assimilação, por experiência, de saberes práticos, saberes-ser, disposições e automatismos com eficácia económica própria (criadores de valores de uso e de mais-valia), mas também de assimilação de crenças, de representações e outros operadores de racionalização das condições de existência em organização” (Pinto, 1991: 21).

São estes processos que parecem participar na *capacitação social* (Caria, 2002) dos agentes em estudo para a protagonização de uma iniciativa de empreendedorismo social. Funcionando como processos de acumulação de recursos operacionais e simbólicos específicos que circulam num campo limitado (e tendencialmente privilegiado) do espaço social, tais processos de ressocialização dão lugar à incorporação de “aparelhos ideológicos *sui generis*” (Pinto, 1991: 21) que se afiguram como estruturas geradoras de sentido e proporcionam o tipo de “ferramentas” implícitas e necessárias a tomadas de posição sobre a realidade. O que, no campo do empreendedorismo social, são condições *sine qua non*.⁸

É, com efeito, uma complexa relação entre diferentes tipos de saberes, posições, disposições e tomadas de posição que os entrevistados deixam perpassar nos seus discursos quando reivindicam os princípios que, num plano ético, interagem com os saberes técnicos acumulados nas suas profissões, e definem o *corpus* e o *modus operandi* da solução de empreendedorismo social que protagonizam. Debruçar-nos-emos mais detalhadamente sobre este aspeto adiante.

Outra consideração a fazer neste momento prende-se com o nosso segundo enunciado e com as trajetórias de mobilidade social que todos os casos apresentam entre a sua posição social de origem e a sua posição social de pertença em m2 e m1, ou seja, no momento imediatamente anterior a se tornarem empreendedores sociais e no momento atual (em que já o são), respetivamente. O que afirmámos nesse enunciado deverá intrigar-nos, já que se sustenta que, mesmo nos casos em que a dinâmica de

⁸ Sobre este aspeto, veja-se a transversalidade da missão social e do sentido de justiça social presente nas definições de empreendedorismo social revistas por Brouard e Larivet no *Handbook of Research on Social Entrepreneurship* (2010).

mobilidade intergeracional interclasses é declinante ou estacionária, se registou um incremento dos níveis de capital escolar.

Sendo, por norma, a obtenção de um título académico a estratégia mais comumente utilizada para a realização de aspirações e projetos de vida ascensionais (Magalhães, 1994; Bourdieu, 2010), não nos surpreende o facto de o processo de socialização escolar bem-sucedido estar na base de três dos casos em que os empreendedores sociais transitam de uma classe para outra: é o caso de Maria, que passa de um lugar de classe de família situado no operariado pluriativo para a pequena burguesia intelectual e científica, dando assim um salto na estrutura de posições sociais da sua base para o seu quase topo em termos de posse de recursos culturais; é o caso de Manuel, que transita do operariado industrial e agrícola para uma pequena burguesia intelectual e científica; e é também o caso de Isabel, que passa de um lugar de classe de origem situado na pequena burguesia proprietária e assalariada para a burguesia dirigente (cf. *supra*, Figura 3).

Estas três trajetórias são marcadas por processos de ascensão social fortemente condicionados pela obtenção de títulos académicos. No entanto, o mesmo incremento de capital escolar acontece com José e João, que apresentam um movimento interclassista declinante e estacionário, respetivamente. No primeiro caso, o movimento descendente justifica-se pela ausência de posse de propriedade de José, comparativamente à sua família de origem, existindo, contudo, um forte incremento de capital escolar: José tem duas licenciaturas (uma em enfermagem e outra em gestão de empresas), um mestrado (em enfermagem e saúde comunitária) e um doutoramento (no ramo da psicologia), ao passo que o seu pai tinha apenas concluído o ensino secundário e a sua mãe o 3.º ciclo do ensino básico. O facto de José apresentar um processo de mobilidade social descendente em termos da posse de propriedade económica não é, todavia, sinónimo de um destino social declinante, no sentido de não ter realizado as aspirações e projetos que, subjetiva e intersubjetivamente, ele próprio e a sua família de origem detinham para o seu percurso de vida. No caso de João a situação é diferente, já que experiencia um movimento interclassista estacionário, mas ascensional dentro da pequena burguesia (face à sua família de origem). Este processo de mobilidade social ascendente é-nos descrito pelo próprio entrevistado como decorrente de um investimento, próprio e familiar, na sua escolarização, única forma de demarcação de uma vida afeta ao trabalho agrícola protagonizada pelo seu próprio pai (cf. Silva, 2012: 287). Se, no primeiro caso, o processo de escolarização culmina num movimento intergeracional declinante entre

classes para uma posição que se demarca na estrutura do espaço social por configurar uma dada elite cultural, o mesmo acontece com João, que, apesar de se manter no seio da pequena burguesia, apresenta um movimento intergeracional ascendente como produto de um incremento da posse de capital cultural. É ainda de sublinhar o modo como, no primeiro caso, um incremento em recursos organizacionais e em pessoas (apesar de não existir posse de propriedade por estes agentes face às instituições que fundaram ou dirigem) permite ao entrevistado ascender no seio das próprias elites culturais e passar de uma pequena burguesia intelectual e científica para uma burguesia dirigente (de m1 para m2, cf. *supra*, Figura 3). Este é, aliás, o único caso em que protagonizar uma iniciativa de empreendedorismo social se reflete numa alteração da posição social de classe dos agentes, produzindo, por via da institucionalização da iniciativa e da profissionalização da sua liderança, um movimento social ascendente do sujeito na estrutura de posições sociais de classe.

Perante estes dados, o que nos parece coerente por agora afirmar é que, de facto, e tendo também presente as informações cedidas pelos nossos informantes privilegiados, parece existir uma relação entre um posicionamento de classe fortemente imbuído de capital cultural e a protagonização de um trajeto de empreendedorismo social. No entanto, e embora estes dados não sejam generalizáveis, será somente a partir da análise dos discursos dos entrevistados a propósito das suas iniciativas e trajetórias que poderemos passar a considerações sobre a associação entre o sentido e a direção dos trajetos sociais de classe e a predisposição para ser um empreendedor social. Não obstante, uma análise deste tipo permite-nos já equacionar as suas trajetórias como sendo marcadas por processos longos de ressocialização escolar e, portanto, como trajetos de empoderamento e capacitação que precedem a protagonização de uma iniciativa de empreendedorismo social.

A cultura técnico-científica no perfil de empreendedor social

A necessidade de considerarmos as trajetórias de mobilidade social quando tomamos por objeto de estudo os empreendedores sociais reside na importância que reconhecemos aos diversos contextos de aprendizagem social enquanto espaços de construção identitária. Neles se cruzam diversos tipos de saberes e operadores simbólico-ideológicos que, na dialética espacial e socialmente localizada da sua contínua incorporação e exteriorização, se acumulam e se redefinem num processo relativamente dinâmico de reconstrução (Pinto, 1991). É, portanto, desta relativa

permeabilidade dos sistemas disposicionais que a análise dos efeitos das trajetórias (Bourdieu, 2010) se nos afigura como um veículo para compreendermos analiticamente esse processo de reinvenção identitária (Estanque, 1999) de que se socorrem os sujeitos nos seus discursos autorreflexivos.

Note-se, porém, que o nosso objeto de estudo se apresenta na peculiaridade de atuar num espaço de atividade social fortemente marcado pela difusão e pelos usos de conhecimento abstrato:⁹ estes agentes, como acabamos de ver no ponto anterior, são “aqueles que devem o seu estatuto social e lugar na divisão social do trabalho à posse de um conhecimento (abstrato) produzido nos campos científico e universitário” (Caria, 2002: 806). Foi nesta linha de entendimento que a análise que se segue pretendeu demonstrar, pela exemplaridade dos casos analisados, o reflexo de processos de socialização diferenciados na construção de uma cultura técnico-científica que orienta a ação dos empreendedores sociais em dois principais eixos da sua ação socialmente empreendedora: um primeiro, relativo a essa cultura de especialização e sistematicidade na fundamentação da correlação entre a identificação de uma necessidade social e o desenho da sua solução; e um segundo eixo, estreitamente relacionado com a influência de operadores simbólico-ideológicos na orientação da sua prática, ligados à forma como os saberes se afiguram como poderes sobre os agentes e os contextos.

Das ideias às soluções – o papel do conhecimento

Quando recordámos, atrás, as definições de empreendedorismo social, fizemo-lo com intuito de relacionar as suas dimensões estruturantes com a questão do uso dos conhecimentos na ação socialmente empreendedora, procurando pistas para compreendermos que tipo de recursos são necessários à construção de um perfil de empreendedor social no que este tem de mais especializado – o domínio de conhecimentos, saberes e disposições técnicas e profissionais específicas. O que encontramos nos discursos dos atores sociais estudados parece corroborar a correspondência entre o designado perfil encontrado na literatura e as “capacidades”, ou “competências”, que encontramos nos empreendedores sociais.

⁹ Tomamos aqui o conhecimento abstrato tal como Caria o entende (2002: 806) como “os discursos escritos de natureza científico-ideológica, científico-técnica e filosófico-ideológica em cuja organização formal podemos reconhecer preocupações de generalidade, de especialização temática ou problemática, coerência interna, sistematicidade e validade no desenvolvimento dos argumentos avançados” que assumirá “formas que podem ser escritas ou orais”.

Note-se, assim, que em relação à origem das ideias que estão na base da atividade dos empreendedores sociais, os entrevistados demonstram, em diversos momentos das entrevistas, combinações complexas no uso de diferentes tipos de conhecimentos. Na origem da ideia socialmente empreendedora aparece a identificação de um problema possibilitada pela prática profissional e pela integração nos contextos de trabalho como espaços de aproximação à realidade sobre a qual se edifica uma problemática. Porém, essa problemática, ou *diagnóstico social*, é por sua vez ocasionada pelo acesso a saberes específicos inerentes à prática profissional e à manipulação de “ferramentas” de produção de conhecimento sobre o real (conhecimento das políticas públicas em vigor, levantamento bibliográfico e estatístico, análise documental, levantamento de informação empírica pela aplicação de diversas técnicas, etc.). É o domínio de tais ferramentas que permite a acumulação de saberes práticos e profissionalizados, intencionais e programados (Pinto, 1991), que são produtos dos esquemas e lógicas procedimentais de natureza técnico-científica aos quais os agentes sociais têm acesso no exercício das suas profissões especializadas. De forma simplificada, podemos dizer que o conhecimento do real (ou do problema social) é possibilitado pela prática profissional de dupla forma: quer pelo contexto socioespacial de trabalho, quer pelas metodologias usadas no exercício da função profissional. Atenda-se ao discurso de uma entrevistada, Isabel:

[...] na altura estava envolvida, conhecia esse tipo de problemas. E isso era em consequência da minha prática profissional. A questão da desertificação da baixa do Porto preocupava-me, aumentava o número de sem-abrigos, aumentava a insegurança, aumentava uma série de questões, a própria mudança da Universidade do Porto para a periferia, reduzindo ali a movida e a utilização dos espaços públicos. Portanto, eu conhecia isso como consequência do meu trabalho. [...] isso tem a ver com a informação que eu na altura tinha. E com as preocupações que para mim eram reais.

A importância de considerarmos o processo de escolarização na análise da construção de um perfil de empreendedor social prende-se com os usos dos saberes institucionalizadamente perpassados pela escola, e reformulados através do seu emprego nos contextos profissionais, que permitem edificar todo um discurso reflexivamente construído sobre uma determinada conjuntura ou situação social (em níveis inclusivamente diferenciados de complexidade e integração). Nos casos analisados, os empreendedores sociais demonstram que a familiaridade que detêm com o problema

identificado decorre não tanto da sua experiência social em meio familiar (ou primário),¹⁰ mas, principalmente, por via do exercício da sua atividade profissional. Esta atividade – que, como vimos no ponto anterior, foi, em cada caso, determinada pelo processo bem-sucedido de investimento na obtenção de um título académico para a concretização das aspirações e projetos profissionais - confere, de acordo com vários autores (Pinto, 1991; Magalhães, 1994, 2005; Caria, 2002, entre outros), um lugar também ele específico de socialização e de aprendizagem social, através do qual distintos tipos de saberes, desde os mais especializados e de natureza técnico-científica, aos mais ideológicos, concorrem para dar forma a um *habitus* profissional particular que parece aglutinar um conjunto mais ou menos vasto de semelhanças e pontos de aproximação entre estes agentes.

Em todos os casos está presente esta situação de relativa uniformidade nos usos dos produtos (conhecimentos) dos processos de ação procedimental (técnicas): a experiência profissional e os respetivos saberes e formas de ação (formais ou informais) são tidos, inclusive de forma conscientemente verbalizada, como o veículo para o diagnóstico de um dado problema social. No caso de José, é através da sua atividade profissional como enfermeiro que emerge um diagnóstico sobre as relações assimétricas na interação entre profissionais de saúde e os atores alvo da sua prática profissional; no caso de João, é da atividade de professor, ainda estagiário, numa aldeia em processo de desertificação económica e populacional, que começa a identificar, por via do contacto com os habitantes locais, a complexa relação entre a inexistência de ação coletiva, a baixa escolaridade, o desemprego e o êxodo rural; e é também através da sua atividade como técnica superior de serviço social que Isabel reconhece a sua oportunidade e capacidade para identificar os dois problemas, aparentemente não relacionados, do isolamento social e físico da população mais idosa residente na baixa da cidade e da necessidade de apoio aos estudantes estrangeiros para a sua melhor integração socioeconómica na cidade. A mesma lógica se verifica com Maria e Manuel.

Maria fornece-nos ainda um exemplo claro de como a experiência profissional – no caso, como socióloga num contexto laboral de forte formalização processual e procedimental (como o são os organismos de administração pública) – lhe conferiu uma

¹⁰ Não obstante esta esteja também presente no discurso dos entrevistados, embora de forma muito mais difusa e contingente. Debruçar-nos-emos sobre este aspeto no ponto seguinte, demonstrando que apesar da verificação desta familiaridade, aparentemente decorrente de reminiscências de uma socialização primária, esta surge como elemento que predispõe a uma sensibilidade acrescida sobre um fenómeno, não encerrando, porém, o conhecimento de fatores que permitem a sua formulação complexa numa leitura do tipo *diagnóstico-solução* que caracteriza o discurso dos empreendedores sociais.

experiência prática na construção e manipulação de conhecimento de tipo abstrato que emprega no seu contexto de trabalho para gerar diagnósticos complexos que fundamentam operações técnicas e tomadas de decisão sobre os tipos de intervenção a empreender sobre a realidade social:

Mas a minha experiência na Câmara [...], com a quantidade de documentos e de produtos que eu tive de criar, bem escritos, bem elaborados, que fossem aprovados por um conjunto enorme de instituições, que fossem aprovados pela Segurança Social, que era na altura quem geria a Rede Social... [...] Eu trouxe um legado enorme, porque realmente comecei com um nível muito bom.

A manipulação de processos de construção e legitimação de conhecimento, e dos seus produtos, imbui os agentes de uma capacidade social relativamente distintiva, ou seja, de uma capacidade de “analisar e interpretar ocorrências singulares para além do ‘aqui e agora’ e do imediatamente visível, ajudando clientes e/ou decisores a consciencializarem (legitimarem e/ou avaliarem alternativamente opções) os processos (recursos, regras implícitas, valores) de escolha ou inovação” (Caria, 2002: 809), que os colocam num lugar semelhante ao de *perito* (Giddens, 1997). É esta capacidade a que Isabel se refere quando menciona como fundamental uma “fórmula” alternativa de perspetivar a realidade, que, no seu caso, perante o diagnóstico dos problemas já referidos, lhe permitira perspetivá-los como recursos, e assim, idealizar e argumentar a solução que propôs:

A ideia? Eu creio que esta ideia é de facto inovadora... e empreendedora também, porque disponibiliza recursos já existentes na identificação de soluções necessárias. Portanto, não há a criação de nada. Pelo contrário, há a mediação entre vontades, entre objetivos comuns, que permitem que as pessoas possam contribuir para o bem-estar de terceiros. Basicamente, é isto. E isso, creio, poderá ser uma fórmula a utilizar-se em muitas outras ações que podem ou que possam daí decorrer. Eu tenho utilizado muito esta fórmula, ao nível de outros projetos que vou liderando, que vou pensando e vou criando no âmbito da minha atividade [...]. E, de facto, esta fórmula de conseguirmos pensar nas coisas, se calhar às vezes de pernas para o ar para as podermos ver no ângulo certo, é fundamental.

Esta “fórmula” parece estar intimamente ligada a essa capacidade de analisar e interpretar para além do aqui e do agora, do imediatamente visível, que potencia uma perspetivação alternativa da realidade. Nos casos analisados, há de facto a particularidade desse método de “retirar a ciência dos contextos e campos da sua produção e transferi-la e reorganizá-la noutros campos e contextos de ação” (Caria,

2002: 809), o que acontece por via da aplicação de lógicas sistematizadas de produção conhecimento, também ele sistematizado, sobre um real em contexto e, a partir daí, do desenho e maturação de planos de ação sobre o mesmo. “O sentido estratégico” deste tipo de ação, conforme elucida Caria (2002: 821), “tem por base uma recontextualização do conhecimento abstrato para inscrever novas orientações e finalidades à ação em associação com a descoberta de usos alternativos para os recursos disponíveis (formalização de novas técnicas)”.

No caso de José,¹¹ apesar de demonstrar ter aplicado os vários tipos de conhecimentos que adquiriu nas suas duas licenciaturas no modelo de solução que criou, ocorreu ainda a necessidade de sistematizar e fundamentar cientificamente esse seu novo modelo de ação através do seu estudo e validação académica, o que fez sob a forma de uma investigação de doutoramento. João, depois de vários anos após o início da implementação de um processo cooperativo de desenvolvimento local e de *relocalização económica* (Hines, 2000) na aldeia onde iniciara a sua atividade de professor de ensino básico, decidiu aplicar-se ainda mais na sistematização de conhecimentos sobre a temática e fazer um segundo curso superior na área do desenvolvimento local e de educação de adultos. Manuel não deixou, também, de fazer um curso de pós-graduação em direção de instituições de ação social. E Isabel, por sua vez, de dedicar-se ao estudo da gestão, como forma de melhorar essa sua fórmula de identificação e gestão de recursos alternativos, numa tentativa de maximizar a eficiência e eficácia das respostas socialmente empreendedoras.

É por via deste processo de academização dos saberes, que se legitima também pela procura de novos títulos académicos, que novas práticas se modelam nos campos de atividade social onde estes agentes atuam e novos sentidos estratégicos lhes podem ser atribuídos e legitimados em contexto institucional e interinstitucional. Também não poderemos deixar de ressaltar que a posição de autonomia ocupada na organização se afigura como o espaço (de liberdade de atuação) no qual o agente desenvolve as suas atividades socialmente empreendedoras. Este espaço pode ser pré-existente e totalmente independente da integração do agente que protagonizará a iniciativa de empreendedorismo social: como acontece no caso de Maria ou Manuel, para quem ser empreendedor(a) social é quase a sua profissão principal, já que a principal função

¹¹ A solução desenhada passou por criar um espaço (físico e social) onde os processos de catarse artística são concebidos e promovidos como veículos à reconstrução das autoidentidades e identidades sociais de indivíduos alvo de processos de discriminação social de várias naturezas.

assumida é coordenar a concepção e implementação de iniciativas de empreendedorismo social no seio da organização em que operam; ou no caso de Isabel, cuja atividade como empreendedora social emerge do seu trabalho de técnica superior de serviço social, embora tenha sido reforçada pelo exercício de uma posição de direção. Como ela própria nos informa, foi uma tal posição, e o conseqüente maior nível de autonomia, que ocasionou a oportunidade (ou o poder) de mobilizar os recursos para a concretização do projeto de solução que havia idealizado:

Mas, entretanto, durante algum tempo, exerci funções de direção. Não de direção da instituição, mas de um departamento. E foi nesse momento em que eu tinha, ou seja, eu tinha uma ideia, e a ideia acontecia, porque conseguia alocar os recursos. [...] tem muito a ver com a autonomia, ou seja, a sua própria liberdade, ou não, perante os procedimentos formais.

Portanto, convém evidenciar que o papel do conhecimento é também relevante ao nível da autonomia conferida pelo grau de especialização profissional e pelo cargo ocupado na profissão. Se, por um lado, ele é condição de acesso a uma posição de liderança profissional que possibilite o poder de decisão e de alocação de recursos num contexto organizacional pré-existente à iniciativa socialmente empreendedora, ele parece ser, por outro, também fonte de legitimação de uma liderança num contexto não-estruturado onde a iniciativa de empreendedorismo social implica a mobilização da ação coletiva. João, por exemplo, não iniciou isoladamente o processo de desenvolvimento local com vista à realocação das atividades económicas na aldeia, nem o fez a partir da organização em que estava inserido (a escola). Todavia, quando os primeiros desafios à ação coletiva foram lançados por si à população local, ele protagonizava uma posição muito desigual perante os habitantes locais – era o professor da aldeia –, o que lhe conferia reconhecimento social e credibilidade às suas ações e lhe permitia uma legitimidade acrescida na condução dos processos de desenvolvimento económico e cultural através dos quais se iniciou toda a dinâmica de construção do modelo cooperativo que hoje dirige com concidadãos locais.

Saberes e poderes na relação com os outros

Contudo, não é apenas na identificação do problema e no desenho da solução que os saberes experienciais – que são também técnicos e teóricos, porque criticamente construídos na e pela experiência no campo de atividade profissional – se interpenetram

no “perfil” do empreendedor social. As soluções, e os conceitos inerentes aos modelos que estas configuram, são transversalmente construídas por conhecimentos de tipo abstrato que, na sua relação dialética com operadores simbólico-ideológicos, perpassam nos discursos reflexivos, permitindo descortinar a “dualidade no uso do conhecimento”, mostrando que “o abstrato e o experiencial coexistem e se reforçam mutuamente” (Caria, 2002: 816) neste processo.

O caso de José exemplifica o modo como estes tipos de recursos se interpenetram na compreensão do conceito da solução criada: quando a descrevia, José questionava criticamente os modelos associativos tradicionais, rejeitando-os; fazia uma análise de si próprio na relação com o outro (colegas de trabalho e beneficiários da sua prática como enfermeiro e como empreendedor social) e advogava o modelo de atuação da organização que dirige como um modelo alternativo, mais integrador e igualitário. A sua iniciativa de empreendedorismo social resulta de processos complexos de reflexividade pessoal, profissional e institucional e tem na sua base uma complexa afirmação ética das relações internas e externas da ação coletiva em que se baseia. Do mesmo modo, essa reflexividade está presente nos restantes casos, manifestando-se na especificidade do contexto e campo de atividade em que emergiram. Atenda-se ao discurso de João:

Por exemplo, nós, quando fizemos a Cooperativa, estivemos um ano em assembleia-geral constituinte. Todos fomos aqui à reunião, e cada um dos itens dos estatutos foi discutido ponto por ponto, vírgula por vírgula, até que as pessoas validassem e dissessem assim “é isto que nós queremos”. Aquilo foi escrito e reescrito centenas de vezes! Até se afinar. Por isso é que nós dissemos que fizemos um ano de assembleia constituinte. Porque só quando as pessoas disseram assim “pronto, então vamos para a frente!”. “Mas vocês querem mesmo ir para a frente?” “Queremos.” “Mas quando houver perguntas, como é que as resolvemos?” “Nós conversámos e resolvemos os problemas.”

A implementação dos modelos de ação sobre a realidade, por implicar um processo de relativa intromissão na vida dos atores sociais beneficiários, está intimamente relacionada com uma conceção tácita sobre a relação de desigual poder que os agentes, empreendedores e beneficiários, protagonizam. Os empreendedores sociais possuem um tipo especial de poder que lhes é conferido por essa condição de academização do seu conhecimento e do título escolar e profissional que detêm à dissemelhança dos *outros*. Na esteira de Fernandes (1998: 55), não podemos desconsiderar que “toda a monopolização de uma ‘competência particular’ acarreta,

para quem a detém, uma fonte poderosa de poder”. E, no caso dos empreendedores sociais, este parece resultar de uma relação de confiança-fé que os beneficiários dos seus empreendimentos lhes depositam (cf. Rodrigues *apud* Caria, 2002: 808).

Porém, esta relação de confiança não é assumida imediata e acriticamente. Nos relatos dos entrevistados há demonstrações claras de processos de conquista dos agentes beneficiários. José e Isabel relatam situações, referentes ao momento de implementação das suas soluções, em que necessitaram de conquistar os beneficiários das suas iniciativas, ou seja, em que se viram obrigados a encetar um processo de negociação claro e explicitador, onde a relação foi negociada e foram definidos os princípios éticos dos modelos de ação e de participação na iniciativa. Também João, no momento de constituição do modelo cooperativo, observou desconfianças da parte dos habitantes locais sobre a qualidade voluntária do seu trabalho no projeto da cooperativa local, desconfiança que se dissipou ao longo do tempo e à medida que o processo de participação e ação coletiva estreitou uma relação de confiança entre os habitantes locais e a direção da cooperativa.

Os modelos de ação de tipo participado, em que os beneficiários são tidos como atores centrais e principais recursos de todo o processo, assumem-se (transversalmente nos casos) como condição necessária e eticamente imposta por uma espécie de reflexividade deontológica das práticas dos profissionais, que redesenham continuamente o seu trabalho social no sentido de nivelar as relações pela ‘igualdade’ e convencionar um modelo de atuação que, apesar de desigual, é intersubjetivamente aceite.¹² A este princípio da participação coletiva e da tomada do outro como um igual parece estar inerente uma anulação consciente dessa relação de dominação entre o empreendedor social e os seus beneficiários. No entanto, ela não se anula totalmente, sempre se renegocia, e em vários momentos exterioriza-se tacitamente:

¹² É este processo de nivelção dos estatutos dos agentes nas relações que se percebe nas lógicas participadas de diagnóstico, de ação e de relacionamento com os agentes que sofrem um dado problema social. Estes modelos, apesar de sistematizadamente apresentados num discurso técnico de caracterização das iniciativas, observam-se também por via dos posicionamentos face ao outro: no uso da primeira pessoa do plural *nós* para identificar os protagonistas da iniciativa de empreendedorismo social – que João afirma ter sido uma ação coletiva em que ele não foi um fundador, mas sim e apenas *um dos* “animadores do processo” –; no facto de Isabel demonstrar que, sem a adesão dos participantes/beneficiários, o programa de partilha de habitação entre idosos proprietários e estudantes deslocados não tem exequibilidade sequer; no facto de José permitir aos “utentes”, que ele prefere designar de utilizadores (ciente da carga simbólica, destituidora de poder, que o estatuto de utente acarreta), que entrem livremente no seu gabinete de diretor para que este escute os seus desabafos.

João 3: Ao mesmo tempo fomos questionando os apicultores que apareciam aqui na cooperativa para que eles nos dissessem, e debater com eles, portanto, como é que, de uma forma cooperada, podíamos resolver aquilo que eram os problemas dos apicultores. Chegámos depois à necessidade de uma central meleira.

A auscultação direta da necessidade dos beneficiários permite a João e restantes responsáveis pelos projetos cooperativos a orientação da sua ação com vista à satisfação das necessidades dos habitantes locais. Todavia, o poder de desenhar uma solução sobre o problema mantém-se na mão de quem protagoniza o projeto de empreendedorismo social que, para a sua sustentação e crescimento, investe os seus saberes e “competências” no desenho de formas alternativas de captação e uso de recursos. Não querendo alongar-nos demasiado sobre este aspeto, é relevante ter presente, e compreender que, embora os modelos de ação sejam de cariz participativo, em que os beneficiários ganham um novo estatuto de recurso e atores imprescindíveis – enquanto *agentes ativos da sua própria vantagem*, como nos dizia Isabel –, a relação de poder e de dominação está continuamente presente pelo facto de a capacidade de conduzir os processos ser quase exclusivamente do empreendedor social. Ou seja, e como vimos, do conjunto de pessoas que detêm os tipos de saberes técnicos e especializados para mobilizar os recursos, inclusivamente os recursos em pessoas que são, neste caso, personificados pelos próprios beneficiários, parceiros institucionais e/ou financiadores.

A familiaridade do problema – o lugar de uma experiência desigual

Este exercício de poder não aparece, todavia, como uma condição postulada, defendida ou desejada pelo empreendedor social. Ele existe como resultado de destinos sociais diferenciados que colocam uns agentes na condição de *poder ajudar* e outros na condição de *receber ajuda*. É esta condição de poder ajudar, e a sua consciência reflexiva, no sentido giddensiano de influir na construção de uma autoidentidade (Giddens, 1997: 21), que mobiliza o agente empreendedor social na procura da concretização das soluções para situações nas quais identificam um problema por resolver. Vejamos um relato ilustrativo:

“Então o que é que os jovens fazem nesta aldeia?” e ela disse “então Professor, não fazemos nada, o que é que nós havíamos de fazer aqui na aldeia?”. “Então mas vocês não fazem um teatro, ou assim...? Não fazem atividades? No Carnaval, no Natal, não fazem atividades?”. Porque havia uma pequena, um pequeno salão da aldeia. E ela disse que já tinham tentado, mas não eram capazes. E como eu estava ligado a um grupo de teatro da minha juventude, portanto, senti isso como

uma forma de ajudar. Só que, quando começámos esses ensaios, do teatro, passado algum tempo, nos intervalos dos ensaios, os jovens começaram a dançar danças do antigo rancho dos anos sessenta. Porque eles lembravam-se daquilo dos seus pais e das suas mães. E eu comecei a perceber que não vamos a nenhum lado com o teatro, não diz nada a esta gente, o que diz a esta gente é o...o... rancho.

Esta consciência reflexiva reflete nos discursos dos entrevistados indícios de reconhecimento subjetivo e identitário, ou uma certa ligação afetiva (Berger e Luckman, 1999) com conhecimentos objetivos, sistematizados e complexos sobre o problema a resolver. A referência a uma dimensão de familiaridade com o problema poderá, de facto, ser equacionada como reflexo difuso de um processo de socialização primário de aproximação com, ou de vivência do, objeto ou contexto de intervenção do empreendedor social. Os agentes empreendedores sociais evidenciam estas referências à sua socialização primária num sentido, aparentemente ambíguo, de demarcação e de identificação, que nos foi de difícil equacionamento. Contudo, o que a maturação de uma reflexão sobre estes aspetos leva a concluir é que a protagonização de um processo de *empoderamento social* (i.e, de acumulação de capitais que os capacitam socialmente à integração nos campos onde atuam) se reflete numa forma particular de compreensão, intimamente sentida ao nível da identidade pessoal, decorrente da experiência e dos contextos vividos pelos agentes sociais que visam ajudar. Os processos de socialização secundária que protagonizaram, e que os encaminhara para a pertença a uma posição de classe diferenciada, fortemente marcada pelo incremento constante de capital cultural, e particularmente escolar, capacita-os para um entendimento também diferenciado dos problemas sociais que visam combater.

Atenda-se ao caso de João. O seu pai foi agricultor e investiu afincadamente na construção de aspirações de um destino social diferente para o seu filho; e a solução que João veio a desenvolver juntamente com os habitantes da aldeia visou travar o ciclo de empobrecimento que o seu pai identificava na vida profissional agrícola. A solução preconizada pelo projeto cooperativo que João dinamizou na aldeia investe numa lógica de realocação das atividades económicas no espaço local, fundamentando-se num modelo estruturado e complexo em que a cooperativa compreende, em círculos concêntricos, todas as relações de tipo económico que estabelece com o seu exterior e, ainda, promove atividades de atração de públicos diversos para a dinamização do consumo no espaço da cooperativa e da aldeia. Ora, João viveu sempre num contexto rural, numa outra aldeia do mesmo concelho. A sua ligação ao contexto local e à

agricultura esteve presente durante todo o percurso da sua vida e, com efeito, reflete-se também na vida do seu agregado familiar e no processo de socialização primário em que envolveu as suas duas filhas, estando uma delas, inclusivamente, num momento de instalação como jovem agricultora (apesar de ser psicóloga e exercer essa profissão em regime de trabalho independente). A marca da socialização primária estende-se por toda a sua vida e atravessa, de forma estruturante, a sua atividade como empreendedor social, na qual os capitais acumulados ao longo da socialização escolar e profissional concorreram, inicialmente, para o seu próprio empoderamento na dinamização dessa atividade socialmente empreendedora e nela se refletem pelo reconhecimento da mais-valia que constituem, conduzindo ao seu investimento nos processos de partilha e transmissão de saberes com os cooperantes e habitantes na aldeia. Conforme nos diz, a “educação é desenvolvimento”, e esta aceção marca a sua intervenção e ação com os habitantes locais quando investe na promoção da literacia, da formação profissional, e na construção de oportunidades de contacto com outras realidades culturais e comunitárias, através de viagens, intercâmbios juvenis, etc..

Atenda-se também, por exemplo, à situação de José, cuja inculcação primária de aspirações e “sonhos” quanto aos futuros possíveis passaram por um confronto entre o investimento paterno na sua formação médica, face ao seu desejo de ingressar no meio artístico fomentado pela proximidade à atividade profissional da figura materna. José tornou-se enfermeiro, mas desenvolveu uma iniciativa de empreendedorismo social que utiliza a expressão artística como forma de resolver problemas que começou a identificar no início da sua carreira em enfermagem. É por via da carga afetiva que pauta a relação com os contextos familiares da infância, que “o mundo interiorizado na socialização primária fica muito mais gravado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias” (Berger e Luckman, 1999: 142). Compreende-se, portanto, que os investimentos que pautam o comportamento do empreendedor social estão associados a uma vivência significativa, de natureza primária, em contextos nos quais se experiencia alguma proximidade com o tipo de situações que, mais tarde nas suas trajetórias, os empreendedores são capazes de problematizar de forma sistematizada, com recurso a competências que os demarcam dos agentes beneficiários. Esta demarcação é muito clara no discurso de João, que a exemplifica mostrando como, para os habitantes da aldeia, o facto de a região ser uma área protegida surge como um problema e não como recurso, tipo de razão que impele João a um trabalho de contínuo investimento em atividades coletivas de tipo

pedagógico, em que os horizontes de possibilidade dos habitantes da aldeia são trabalhados no sentido de desnaturalizar as suas condições materiais e imateriais de existência como sendo um dado, um estado inalterado (e inalterável) de coisas. Assim, segundo nos parece, o que aproxima, mas simultaneamente distingue, estes empreendedores dos seus beneficiários, ao convencionar um tipo de relação de transferência e partilha de saberes (e poderes), será uma certa familiaridade, mais ou menos difusa, com os seus contextos de existência, de vivência prática, que atua nas suas mundivisões como reminiscências de um processo de socialização primário que, pela sua forte carga afetiva, se interpenetra num *habitus* de classe já reformulado, adaptado ao novo, à inculcação simbólico-ideológica, técnica e prática em contextos de ação e vida social distantes desse seu meio primário de aprendizagem social.

Considerações finais

Sem qualquer pretensão de exaustividade ou generalização, sublinhe-se, a primeira das nossas considerações finais sublinha o aparente favorecimento da posição social de classe dos empreendedores sociais. Trata-se de atores sociais que parecem, de facto, integrar uma posição social de classe próxima do que podemos designar de uma elite cultural. Pertencendo à pequena burguesia intelectual e científica ou à burguesia dirigente, todos os casos analisados possuem níveis relativamente elevados de capital cultural e, em todos os casos, as trajetórias de vida são pautadas pelo aumento significativo desse capital na sua forma institucionalizada, i.e, de capital escolar. Será, portanto, após um processo biográfico de significativa acumulação de capital cultural que os sujeitos parecem tornar-se empreendedores sociais.

A segunda das nossas reflexões finais prende-se com uma tentativa de resposta, ainda que parcelar e carente de verificação estatística, às interrogações levantadas por André e Abreu (2006: 130), uma vez que estas espelham, segundo cremos, uma das reflexões fundamentais na análise do fenómeno do empreendedorismo social, que está relacionada com o facto de este, enquanto motor de inovação social, ser ou não protagonizado pelos agentes fracos (i.e., por aqueles agentes com baixos níveis dos variados tipos de capital). Ora, o que no estudo exploratório que aqui se apresenta se pôde observar foi a pertença de classe relativamente favorecida dos agentes que produzem a inovação social. Todavia, não se deve negligenciar uma atenção aos processos de mobilidade tendencialmente ascendente que precedem o desenvolvimento da iniciativa socialmente empreendedora. É relevante reconhecer o facto de os

empreendedores sociais serem eles próprios provenientes das frações de classe mais baixas, a que pertence esse conjunto de agentes mais vulnerabilizados que pretendem beneficiar. Neste sentido, seria importante verificar, por meio de estudos de natureza quantitativa, se a opção pela protagonização de uma iniciativa de empreendedorismo social é tendencialmente precedida de uma trajetória de empoderamento, traduzida em processos de mobilidade social ascendente.

O que desta análise se sugere é a centralidade da experiência de uma trajetória de empoderamento vivenciada pelo próprio empreendedor social até ao momento em que se o torna. A esta trajetória, vimos, subjaz um processo de ressocialização nos contextos escolar e profissional que capacitam o sujeito ao nível da sua aptidão formal para a manipulação de conhecimentos de tipo abstrato, necessários ao cumprimento das exigências inerentes à iniciativa de empreendedorismo social. Por outro lado, a trajetória pauta uma reconfiguração dos esquemas de percepção, de apreciação e de ação que enformam um conjunto de disposições que distinguem e configuram um *habitus* particular do empreendedor social. Ressalve-se ainda o facto de o acréscimo no capital escolar culminar na convertibilidade do capital cultural em capital social por via do efeito da trajetória e, a partir deste último, se converter em capital económico conseguido quer por via da atração de recursos económicos para financiar as ações sociais, quer pela mobilização de outros agentes na efetivação do trabalho necessário à concretização das ações. Este eixo analítico do nosso estudo não foi aqui equacionado, reservando-se o seu tratamento para um necessário outro texto. Todavia, fica a indicação sobre o carácter fundamental que o *crescendo* de capital social (que se dá por via da trajetória social do empreendedor, mas também da própria iniciativa de empreendedorismo social) assume na atração de recursos económicos para a sustentabilidade da iniciativa e, portanto, também para o próprio desempenho dos sujeitos que a protagonizam.

Uma outra consideração final obriga a um retorno ao “tipo-ideal” de empreendedor social. As características apontadas pelos diversos autores são identificáveis, com efeito, nos perfis empiricamente encontrados. Importa, contudo - e valerá sociologicamente o esforço de compreensão -, atender aos processos biográficos, socialmente condicionados pelas posições de classe de origem, no questionamento do referido “tipo-ideal”. Compreender os diversos investimentos e as estratégias de movimentação social dos agentes no interior da estrutura de posições de classe auxilia-nos à compreensão, e explicação sociológica, da construção dos diversos tipos de

características que pautam esse perfil do empreendedor social. Apesar de não encontrarmos, nos discursos dos sujeitos analisados, nenhum desejo manifesto de ascensão social com a protagonização das iniciativas de empreendedorismo social, facto é que a sua profissionalização parece concorrer para a reprodução das posições de classe ocupadas, já favorecidas, potenciando o incremento de capitais adquiridos.

Porque “as classes funcionam, enquanto instrumento conceptual, como uma mediação entre o conjunto das estruturas sociais e um conjunto de práticas socialmente significativas” (cf. Almeida, 1981: 231), a heurística que uma sociologia das classes e das desigualdades sociais nos confere na abordagem do empreendedorismo social incide, portanto, sobre diversas dimensões. Neste trabalho, privilegiámos uma, aparentemente microssociológica, que se debruça essencialmente sobre os trajetos dos empreendedores sociais. Outras dimensões, que analisem, por exemplo, o impacto ou o alcance do empreendedorismo social na transformação das estruturas de poder, ou o modo como a ação socialmente empreendedora/inovadora influi na própria estrutura de relações sociais e políticas, são igualmente pertinentes, mas a sua consideração e estudo terá de ficar para um necessário momento futuro.

Referências bibliográficas

- André, Isabel; Abreu, Alexandre (2006), “Dimensões e espaços da inovação social”, *Finisterra*, XLI, 81, 121-141.
- Almeida, João Ferreira de (1981), “Alguns problemas na teoria das classes sociais”, *Análise Social*, XVII, 66, 231-251.
- Almeida, João Ferreira de; Costa, António Firmino da; Machado, Fernando Luís (1988), “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 11-44.
- Ashoka (2004), “Social Entrepreneur”. Consultado a 18 de maio de 2010, em http://www.ashoka.org/social_entrepreneur.
- Berger, Peter L; Luckmann, Thomas (1999). *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro [2ª ed.].
- Bourdieu, Pierre (1997a), “The Forms of Capital”, in Halsey, Albert Henry *et al.* (org.). *Education: Culture, Economy and Society*. Oxford: Oxford University Press, 46-58.
- Bourdieu, Pierre (1997b), *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Tradução de Miguel

- Serras Pereira. Oeiras: Celta Editora [ed. orig.: 1994].
- Bourdieu, Pierre (1999), *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora [1.ª ed.].
- Bourdieu, Pierre (2010), *A distinção. Uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70 [s/ed.; ed. orig.: 1979].
- Brouard, François; Larivet, Sophie (2010), “Essay of Clarifications of Related Concepts of Social Enterprise, Social Entrepreneur and Social Entrepreneurship”, in Alain Fayolle; Harry Matlay (orgs.), *Handbook of Research on Social Entrepreneurship*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Ltd [1.ª ed.].
- Caria, Telmo Humberto (2002), “O uso do conhecimento: os professores e os outros”, *Análise Social*, vol. XXNII, 164, 805-831.
- Caria, Telmo Humberto; Cesar, Filipa; Biltés, Raquel (2012), “O uso dualista do conhecimento das Ciências Sociais no Trabalho Social em Portugal”, *Sociologia y tecnociencia*, 1(2), 1-15.
- Costa, António Firmino da; Machado, Fernando Luís; Almeida, João Ferreira de (1990), “Estudantes e amigos: trajetórias de classe e redes de sociabilidade”, *Análise Social*, XXV, 106, 193-221.
- Dees, Gregory (2001), “O significado de empreendedorismo social”. Consultado a 18 de maio de 2010, em <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>.
- Dees, Gregory; Anderson, Beth Battle (2006), “Framing a Theory of Social Entrepreneurship: Building on Two Schools of Practice and Thought”, *Research on social entrepreneurship, ARNOVA occasional paper series*, 1(3), 39-66.
- Defourny, Jacques; Nyssens, Martha (2010). “Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences”, *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1), 32-53.
- Estanque, Elísio (1999), “Classe e comunidade em contexto de mudança. Práticas e subjetividades de uma classe em recomposição: o caso do operariado do calçado em S. João da Madeira.” Universidade Coimbra: Dissertação de Doutoramento.
- Fernandes, António Teixeira (1998), *Os fenómenos políticos. Sociologia do Poder*. Porto: Edições Afrontamento [2ª ed.].
- Ferreira, Sílvia (2005), “‘O que tem de especial o empreendedor social?’ – O perfil de emprego do empresário social em Portugal”, *Oficina do CES*, 223, 1-43. Consultado a 3 de fevereiro de 2012, em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2562>.

- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípa [1.^a ed.].
- Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora [2.^a ed.].
- Hines, Colin (2000), *Localization: A Global Manifesto*. London: Earthscan [1.^a ed.].
- Lévesque, Benoit (2002), “Entrepreneurship collectif et économie sociale: entreprendre autrement”. Comunicação apresentada no *Forum “L’entrepreneurship en économie sociale: oser l’entrepreneuriat différemment”*, organizado pelo Centre Local de Développement des Moulins e par Emploi-Québec. Consultado a 3 de fevereiro de 2012, em <http://www.aruc-es.uqam.ca/Portals/0/cahiers/I-02-2002.pdf>.
- Magalhães, Dulce (1994), “Classes e trajetórias intergeracionais”, *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 4, 173-217.
- Magalhães, Dulce (2005), *Dimensão simbólica de uma prática social: consumo do vinho em quotidianos portugueses*. Universidade do Porto: Tese de Doutoramento.
- Pinto, José Madureira (1991), “Escolarização, relação com o trabalho e práticas sociais”, in Stephen Stoer (org.), *Educação, ciências sociais e realidade portuguesa: uma abordagem interdisciplinar*. Porto: Edições Afrontamento [1.^a ed.].
- Portela, José (coord.) (2008), *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*. Lisboa: Incoop [1.^a ed.].
- Silva, Ana Alves da (2012), *Trajetoórias de classe e empreendedorismo social. Um estudo exploratório*. Universidade de Coimbra: Dissertação de Mestrado.
- Steyaert, C.; Dey, P. (2010), “Nine Verbs to Keep the Social Entrepreneurship Research Agenda ‘Dangerous’”, *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(2), 231-254.
- Swedberg, Richard (2009), “Schumpeter’s Full Model of Entrepreneurship: Economic, Non-economic and Social Entrepreneurship”, in Rafael Ziegler (org.), *An Introduction to Social Entrepreneurship: Voices, Preconditions, Contexts*. Cheltenham: Edward Elgar, 77-106 [1.^a ed.].
- Thompson, Jonh L. (2002), “The World of Social Entrepreneur”, *International Journal of Public Sector Management*. 15(5), 412-431.
- Vala, Jorge (2003), “A análise de conteúdo”, in Augusto Santos Silva; José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento [12.^a ed.; ed. orig.: 1986].